



# Prefeitura Municipal de Unaí - MG

## Estado de Minas Gerais



PROCESSO Nº **01414/2018**

Absolutura:

26/01/2018

**SOLICITACAO (FAZ)**

Protocolo

**Solicitante:** ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTOS RURAIS MODELO

**Código:** CGC/CPF: 09337864000178 **RG:**

**Endereço:** ZONA RURAL, 0, ZONA RURAL, 38.610-000, UNAI - MG

**Telefone:** **Email:**

**Origem:** DIVISAO DE PROTOCOLO E COMUNICACAO

REF A DOCUMENTACAO NECESSARIA A CELEBRACAO DA PARCERIA DE REPASSE DE RECURSOS  
DECORRENTE DE EMENDA PARLAMENTAR

MARCELO BRUNO FARRES  
DIVISAO DE PROTOCOLO E COMUNICACAO

### MOVIMENTACAO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
01 <i>CIXP</i>	<i>26.01.18</i>	13	
02 <i>SEGDU</i>	<i>16.03.18</i>	14	
03 <i>PROJUR</i>	<i>21.03.18</i>	15	
04 <i>SGGOU</i>	<i>12.04.18</i>	16	
05 <i>Análisis</i>	<i>12.04.18</i>	17	
06		18	
07 <i>Exatidão: 2012</i>		19	
08		20	
09		21	
10		22	
11		23	
12		24	

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO PA MODELO

Unai-MG, 25 de janeiro de 2018.



Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**JOSÉ GOMES BRANQUINHO**  
Prefeito De Unai-MG

Senhor Prefeito,

A Entidade Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Do P.A Modelo, Inscrita No CNPJ Sob O Nº 09.337.864/0001-78, Vem Respeitosamente Encaminhar A Documentação Necessária À Celebração Da Parceria De Repasse De Recursos Decorrente De Emenda Parlamentar.

**IDENTIFICAÇÃO**

**Emenda Nº: 47      Valor: R\$ 4.211,00**

**Objeto Do Gasto:** Auxílio À Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, A Fim De Que Esta Entidade Possa Adquirir Equipamentos E Materiais De Uso Permanente (Distribuidor De Adubos E Fertilizantes E Mobiliário Em Geral).

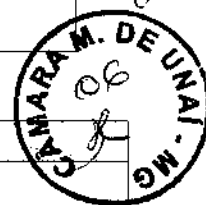
Colocamo-Nos A Disposição Para Quaisquer Informações Adicionais.

Atenciosamente,

Iremar Bueno Da Silva

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO PA MODELO

## PLANO DE TRABALHO



### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome da Entidade: Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo

CNPJ: 09.337.864/0001-78

Endereço: Faz. Boqueirão/Zona rural

E-mail: contabilidade\_santos@hotmail.com

Município: Unai

UF: MG

CEP: 38.610.000

DDD/Tel. Fixo: 038 3676 0101/ 3676 7534

DDD/Tel. Cel: (38) 9.9999-4175

Nome do Responsável: Iremar Bueno da Silva

CPF: 545.904.506-15

Endereço: P.A MODELO

Cargo: Presidente: Presidente

Função: Dirigente

Conta Corrente: 31881-7

Banco: 0001

Agência: 0508-8

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO CONCEDENTE

Nome do Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAI

C.N.P.J.: 18.125.161/0001-77

Endereço: Praça JK s/n – Palácio Capim Branco

Município: Unai

U.F.: MG

C.E.P: 38.610-000

DDD/Tel. Fixo: 38 3677 9610

DDD/Tel. Cel.

### 3. DESCRIÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE/AÇÃO

Título do Projeto/Atividade/Ação:

**Aquisição de distribuidor de adubos e fertilizantes e mobiliário em geral**

#### Período de Execução

Início: Janeiro/2018

Término : Dezembro/2018

Identificação do Objeto:

**Auxílio à Associação dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, a fim de que esta entidade possa adquirir equipamentos e materiais de uso permanente (distribuidor de adubos e fertilizantes e mobiliário em geral).**

### 4. JUSTIFICATIVA\*

A nossa associação atua há 10 anos, justifica a conquista da emenda devido a necessidade de ter esse implemento para auxiliar na plantação e na formação de pasto, assim facilitando a vida de 40 famílias assentadas no dia a dia do trabalho. Quanto ao mobiliário é de extremo interesse pois hoje nossas reuniões não têm estrutura para acomodação dos nossos associados, e com a obtenção da verba da emenda conseguiremos proporcionar um mínimo para realização das nossas reuniões.

\*Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.

CL  
10  
A



5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO*						
Metas	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Início	Término
			Unid.	Qtde.		
1	Compra/implemento	Grade distribuidor de fertilizantes	1	1	Junho/2018	Julho/2018
2	Compra/mobiliário	Mesas e Poltronas com braço	1	1	Julho 2018	Agosto 2018

\*Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados.

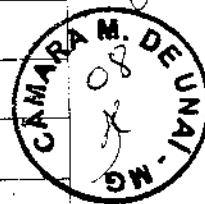
6. PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO*			
Descrição das Despesas	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total da Despesa em R\$
Pessoal e Obrigações (folha/encargos)			
Material de Consumo			
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física			
Total Geral			

\*Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (em R\$)					
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	R\$ 4.211,00				

8. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE				
Relação dos Equipamentos e Materiais Permanentes				
Item	Nome e Especificação do Equipamento	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
01	Poltrona Plástico	45	R\$ 30,00	R\$ 1.350,00
02	Mesa	02	R\$ 49,00	R\$ 98,00

03	Adubadeira	01	2.558,07	2.558,07
Total Geral				4.006,00



#### 9. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E CUMPRIMENTO DAS METAS\*

Adubadeira será acoplada no trator que já obtemos, atendendo os associados solicitantes.

O mobiliário será colocado na sede da associação, ficando disponível pra reuniões e palestras e no que mais for necessário, sendo de interesse público

\*Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas.

#### 10. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS\*

\*\*\*Adubadeira\*\*\*

Conforme planilhas de uso.

Fotos da realização do serviço.

Declarações de serviço realizado.

\*\*\* Mobiliário \*\*\*

Conforme nota de compra

Fotos dos bens adquiridos

Ata mencionando a aquisição.

\*Definição dos parâmetros (indicadores de resultados) a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

#### 11. AUTENTICAÇÃO

Unai-MG, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*Iremar Bueno da Silva*  
Iremar Bueno da Silva

#### 12. AVALIAÇÃO

O presente Plano de Trabalho, após análise, demonstrou consonância com os requisitos da Lei nº 13.019/2014. Dessa forma, coloco-me FAVORÁVEL aos procedimentos legais para a celebração da Parceria.

Unai-MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Gestor da Parceria

CONFIRMAÇÃO DO PEDIDO  
EMISSÃO: 23/01/2018  
PEDIDO N. 083565

SIGURO: 0.00  
 ESPECIE:  
 ACRES FIN.: 0.00

[illegible]

2.558,07

Base Lcns	Valor Lcns	Base Lpi	Valor Lpi	Base Retido	Valor Retido	Valor Total	Page Lss	Valor Lss
					0.00	2.558.07	0.00	0.00

0 20

00

0 0,00

8

**Hora: 09:53:58**

25.834.847/0001-00  
704.08900.0035  
COOPERATIVA AGRPECUÁRIA  
UNALTA

UNFAM: D. 1455

RUA PREFEITURA  
COP. 38610-000 UNAI-MG

Rua Pref. ...  
 Cep: 38510-000 UNAI-MG  
 Simone Pereira dos Santos

# IMPÉRIO DAS CADEIRAS

AV-GONVERNADOR VALADARES 308 CENTRO

CNPJ-22.028.149/0001-11

FONE-(38) 3976-3601



## ORÇAMENTO DE VENDA

10  
11

CLIENTE- ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO

CNPJ- 09.337.864/0001-73

LOCADE- UNAI-MG


### FORMA DE PAGAMENTO

AVISTA,DEPOSITO EM CONTA

PRAZO DE ENTREGA: 05-30 DIAS

CATEGORIA	PRODUTOS	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
CADEIRAS	CADEIRA BISTRO	45	30,00	1.350,00
● SA	MESA IMPERIO	02	49,00	98,00

PAGAMENTO Á VISTA—R\$ 1.448,00

  
IMPÉRIO DAS CADEIRAS  
(38) 3676-3601  
FRANCISCO WAGNER MARTINS MELO  
GERENTE FINANCEIRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

## EMENDA N.º 46

Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	09	02	20	608	2750	0018	4.4.50.42.00	2.761,00	1237
Total	02	09	02	20	122	2750	0018	4.4.50.42.00	700,00	1236
	02	09	02	20					3.461,00	-
Cancelamento Compensatório	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	3.461,00	188
Objeto do Gasto	Auxílio à Associação dos Produtores Rurais de Aldeia, a fim de que esta entidade possa adquirir equipamentos e materiais de uso permanente (distribuidor de adubos e fertilizantes e mobiliário em geral).									

## EMENDA N.º 47

Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	09	02	20	608	2750	0018	4.4.50.42.00	1.450,00	1236
Total	02	09	02	20	122	2750	0018	4.4.50.42.00	4.211,00	-
Cancelamento Compensatório	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	4.211,00	188
Objeto do Gasto	Auxílio à Associação dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, a fim de que esta entidade possa adquirir equipamentos e materiais de uso permanente (distribuidor de adubos e fertilizantes e mobiliário em geral).									



# ESTATUTO SOCIAL DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO



## CAPITULO I

Do Nome, Sede, Duração, Objetivo e Área de Abrangência.

Art.1º. A Associação dos Pequenos Produtores Rurais Modelo é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado. Comarca de Unai, Município de Unai/MG, que será regida pelo presente Estatuto e demais leis pertinentes, principalmente as normas legais referentes ao Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, constantes do Manual de Operações e Acordo de Empréstimo 7037, celebrado entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial.

Art.2º. Constitue-se objetivos gerais da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Modelo:

- a) Propiciar acesso ao crédito fundiário, para superação e combate da pobreza rural, escolher e negociar o imóvel a ser adquirido, desde que atendam aos requisitos de potencialidade e capacidade de suporte das famílias pretendentes, de acordo com laudos e relatórios a serem elaborados pelos órgãos competentes; elaborar Proposta de Financiamento a ser encaminhada ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, assinar contratos com Agentes Financeiros e outros de interesse da Associação;
- b) Determinar o destino dos recursos não reembolsáveis, através de decisões da Assembléia Geral por maioria absoluta (2/3), inclusive definir a forma de utilização do recurso financeiro de apoio inicial a instalação do projeto, respeitando as normas previstas no Manual de Operações do Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural;
- c) concorrer para o fortalecimento econômico, social, político e ambiental dos trabalhadores (as) rurais associados (as) estimulando-os à constituição de um patrimônio comum, propício ao desenvolvimento de atividades e práticas de trabalho comunitário;



*Luiz H. Rosendo*  
Luiz H. Rosendo  
OABMG 40.132



d) estimular a racionalização das atividades produtivas dos associados, desenvolvendo formas de produção comunitária que ajudem no momento de sua produção e na melhoria da comercialização de seus produtos;

e) lutar pelos direitos de seus associados junto aos poderes públicos, para o atendimento de suas necessidades básicas de educação, habitação, crédito, saúde, lazer e transportes;

f) contribuir para a organização de movimentos voltados para a proteção ambiental, respeitando-se toda a legislação ambiental;

g) representar seus associados, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, na defesa de seus interesses coletivos;

Parágrafo Primeiro – Para alcançar seus objetivos a Associação poderá celebrar convênios, contrair financiamentos, firmar contratos com terceiros, desde que aprovados pela Assembléia Geral, pelo quorum de 2/3 dos associados, e praticar todos os atos jurídicos atinentes a sua finalidade;

Parágrafo Segundo – Os investimentos comunitários (SIC) contemplados pelo Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural deverão ser de interesse coletivo e serão de propriedade da associação.

## CAPÍTULO II

### Dos Associados, seus Direitos e Deveres

Art. 3º. Podem ser beneficiadas pelo projeto as seguintes categorias de trabalhadores:

- Trabalhadores rurais sem terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas, etc);
- Pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, posseiros, etc);
- Proprietários de minifúndios, ou seja, proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja



*Luiz Carlos B. Resende*  
OAB/MG. 40.132

comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de lhes proporcionar o próprio sustento e o de suas famílias.



➤ Em todas estas categorias estão incluídos os jovens e as mulheres.

Parágrafo Primeiro - Estes trabalhadores podem ser beneficiados desde que:

➤ Estejam organizados em associação ou outra forma de organização comunitária legalmente constituída;

➤ Tenham renda familiar anual inferior a R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) e patrimônio familiar inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não considerada a casa de moradia da família; **(NO CASO DE CPR)**

➤ Tenham renda familiar anual inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e patrimônio familiar inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), não considerada a casa de moradia da família; **(NO CASO DE CAF)**

➤ Não tenham sido beneficiários de quaisquer outros programas de reforma agrária (federal, estadual, municipal);

➤ Não sejam funcionários públicos (federal, estadual, municipal);

➤ Tenham, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência com a exploração agropecuária;

➤ Não tenham sido, nos últimos 3 (três) anos, contados a partir da data de apresentação do pedido de amparo ao Programa de Crédito Fundiário, proprietários de imóvel rural com área superior à de uma propriedade familiar;

➤ Não seja promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural.

Parágrafo Segundo - Em caso de dúvida no que diz respeito à experiência, à classificação como trabalhador rural ou agricultor familiar e à renda, uma declaração expedida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais é comprobatória da obediência destes critérios de elegibilidade.



*Luiz Carlos B. Resende*  
OAB/MG. 40.132

Art. 4º. Consideram-se membros da Associação os agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores (as) rurais, homens e mulheres, maiores de 18 anos, responsáveis por sua constituição, que ligados pela mesma atividade estejam dispostos a assumir o compromisso de adquirir e posteriormente pagar empréstimo para aquisição de terras e de contribuir com 10% dos custos dos investimentos comunitários, com o objetivo de exploração da terra, em prol do interesse comunitário e desde que preencham os requisitos acima estabelecidos:



Parágrafo Primeiro - Caso se verifique, posteriormente, que algum associado não preenche os requisitos previstos para participar do projeto, deverá ser excluído e substituído por outro que atenda as regras, podendo este excluído responder por falsidade ideológica, conforme legislação em vigor.

Parágrafo Segundo - Todos os associados gozam dos mesmos direitos e deveres e assumem em conjunto todos os compromissos referentes ao Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, sendo a inclusão e/ou desligamento de qualquer membro privativa da Assembléia Geral de associados, para cuja decisão dependerá da maioria de dois terços de seus membros, cumpridas outras eventuais exigências estabelecidas pela Associação, respeitando as normas pertinentes ao Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural.

Art. 5º. São Direitos do Associado:

- a) usufruir de maneira comum do patrimônio da entidade, em conjunto ou individualmente, dos benefícios de sua exploração e gozar de todas as eventuais vantagens e benefícios concedidos pela Associação, nos termos definidos por este instrumento;
- b) participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos constantes da pauta;
- c) ter acesso a livros e documentos da Associação, quando julgar necessário;
- d) solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da Associação, propor medidas que julgue de interesse para o aperfeiçoamento e de suas atividades;



*Luiz Carlos B. Reis*  
DARF 10381



e) convocar Assembléia Geral e fazer-se nela representar, nos termos e nas condições previstas neste estatuto;

f) desligar-se da Associação quando lhe convier, desde que cumpridos seus compromissos para com a entidade e aprovado o seu desligamento pela Assembléia Geral, por maioria absoluta (2/3), não cabendo ao associado qualquer tipo de indenização sobre os bens e obras efetuados com recursos destinados a associação. No caso de obras e bens construídos ou adquiridos com recursos próprios do associado, a associação deverá arbitrar o valor a ser indenizado, podendo a Associação cobrir tais despesas ou repassá-las a terceiro que vier a substituir o associado. A Associação é a responsável pelo comunicado ao Agente Financeiro da substituição.

g) votar e ser votado para os cargos de direção da Associação, após cumprir as formalidades estatutárias, definidas pela entidade;

Parágrafo Primeiro – Em caso de falecimento do associado, a sua quota parte na Associação será transferida aos seus herdeiros naturais, desde que estes tenham a idade mínima exigida por lei e interesse em assumir com todos os compromissos estabelecidos pelo Projeto Crédito Fundiário, devendo ser aprovado pela Assembléia Geral da Associação e comunicado ao Agente Financeiro;

Parágrafo Segundo -- É vedado ao associado manter relação empregatícia com a Associação e o exercício dos cargos de direção não faz jus a qualquer remuneração, exceto o ressarcimento de despesas pessoais, devidamente comprovados através de recibos, quando a serviço da entidade;

Art.6º. São deveres do Associado:

a) Zelar pela boa conduta de todos, por práticas de ética e moral, e participar efetivamente dos trabalhos comunitários;

b) observar as disposições estatutárias, bem como acatar as deliberações tomadas pela Assembléia Geral;

c) respeitar os compromissos assumidos pela Associação, responsabilizando-se solidariamente pelo seu resgate, na parcela que



*Luiz R. R. R.*  
Luiz R. R. R.  
00181, an.132

contratualmente lhe corresponder e os valores financeiros referente a sua quota parte do imóvel;



d) contribuir, com todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e fortalecimento da Associação;

e) responsabilizar-se solidariamente pela operação e manutenção de equipamentos adquiridos pela Associação;

Parágrafo Primeiro - Durante o prazo fixado em contrato para o financiamento da propriedade, o imóvel adquirido pela Associação em seu todo fica indisponível para venda, hipoteca ou qualquer outro ato jurídico de transferência e/ou cessão para terceiros;

Parágrafo Segundo - Fica vedada a venda, compra, troca ou qualquer outra transação comercial relativa às áreas coletivas ou individuais (lotes), pelos beneficiários, tornando-se qualquer tipo de transação nula de pleno direito, respondendo o infrator jurídica e financeiramente pelas mesmas;

Parágrafo Terceiro - No caso de desistência de um dos beneficiários, a Associação deverá providenciar a substituição do mesmo, segundo as normas do Programa, previstas neste Estatuto, mediante autorização expressa da Assembléia Geral, por um quorum qualificado em 2/3 (dois terços), comunicando-se ao Agente Financeiro da respectiva substituição. O desistente deverá emitir termo de desistência devidamente assinado e com firma reconhecida, sendo que no caso de ser analfabeto, o termo deverá conter a identificação digital do beneficiário, assinado a rogo por duas testemunhas, com firma reconhecida. A Assembléia Geral também decidirá caso a caso pela indenização ou não do desistente, no caso de obras e bens adquiridos com recursos próprios do mesmo, cabendo à Associação ou ao novo integrante arcar com essas despesas.

Parágrafo Quarto - Todo associado, obedecendo a sua quota parte deverá efetuar o reembolso do financiamento do imóvel rural adquirido com o prazo de amortização de até 17 anos, tendo 24 meses de carência, com juros fixados em \_\_\_\_% (\_\_\_\_ por cento) ao ano, e rebate de até \_\_\_\_% sobre os encargos financeiros e principal de cada parcela, exclusivamente quando o pagamento for efetuado na data do vencimento.



*Luciana B. Resende*  
OAB/MG. 50.132

### CAPÍTULO III Do Patrimônio



Art. 7º. O Patrimônio da Associação será constituído de:

- a) imóvel rural adquirido pela Associação, com recursos do Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, benfeitorias, obras e construções, projetos produtivos e equipamentos, que vierem a ser feitas e/ou adquiridas pela Associação;
- b) máquinas, implementos agrícolas e outros equipamentos que forem adquiridos pela Associação através dos recursos do sub-projeto de investimentos comunitários, PRONAF e/ou com recursos próprios;
- c) auxílios, doações e subvenções provenientes de qualquer entidade pública ou particular, nacional ou estrangeira;
- d) receitas provenientes da alienação de bens e/ou da prestação de serviços pela entidade;
- e) outras eventuais, não especificadas.

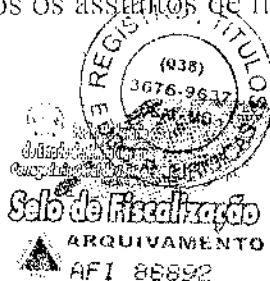
### CAPÍTULO IV Da Direção

Art. 8º. São Órgãos de Direção da Associação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal.

#### Da Assembléia Geral

Art. 9º. A Assembléia Geral é a instância máxima da Associação para deliberação de todos os assuntos de interesse da entidade.



*Handwritten signature and text:*  
Luis Carlos R. Rosendo  
Câmara - 11/103



Art. 10º. A Assembléia reunir-se-á, ordinariamente a cada mês, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 11º. Compete a Assembléia Geral Ordinária, em especial, por maioria absoluta (2/3):

- a) Decidir e dar destinação à parte de terra sem utilização momentânea, bem como os investimentos e equipamentos;
- b) eleger, empossar os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- c) apreciar e votar o relatório de atividades, balanço e contas da Diretoria Executiva;
- d) apreciar e votar o plano de trabalho elaborado pela Diretoria Executiva;
- e) apreciar e aprovar os regimentos internos que venham a ser elaborados;

Art. 12º. Compete a Assembléia Geral Extraordinária, por maioria absoluta (2/3):

- a) deliberar sobre a dissolução da Associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- b) decidir sobre a mudança de objetivos da Associação;
- c) decidir modificações no Estatuto;
- d) autorizar a realização de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e contribuições de garantias a caso exigidas;
- e) excluir um Associado do quadro social;
- f) deliberar sobre a entrada de novos associados, em substituição a um beneficiário inicial desistente ou excluído;
- g) decidir sobre outros assuntos de interesse da sociedade;



*Luiz Carlos B. Resende*  
OABMG. 40.132





Parágrafo Primeiro - No caso de beneficiário com paradeiro ignorado, incerto ou não sabido, a Associação providenciará edital de convocação, a ser publicado em jornal de circulação no Município ou Estado, devendo, ainda, fixá-lo em locais de grande circulação no Município e na sede da Associação, contendo a qualificação do associado, dando a este o direito de se manifestar no prazo de 15(quinze) dias. Caso o beneficiário não se apresente no prazo estabelecido no edital de convocação, a Associação deverá convocar Assembléia Geral Extraordinária específica para a configuração do abandono e conseqüente exclusão do beneficiário.

Parágrafo Segundo - A substituição de um beneficiário desistente ou excluído da Associação deverá ser formalizada em ata de Assembléia Geral Extraordinária específica e por meio de comunicado formal ao órgão executor do Programa, para que este comunique, posteriormente, ao agente financeiro. Esta substituição estará condicionada ao preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) enquadramento do substituto nos critérios de elegibilidade definidos nas normas do Programa;
- b) aprovação pelo órgão executor do Programa, que poderá solicitar análise do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- c) ausência de impedimentos cadastrais ou de outra ordem que impossibilitem a sua inclusão no contrato de financiamento, a ser verificada pelos agentes financeiros;
- d) assunção da dívida remanescente e aceitação das normas do Programa por parte do substituto.

Parágrafo Terceiro - As exclusões poderão se dar por:

- a) inelegibilidade;
- b) falta de atendimento ao Estatuto ou Regimento Interno da Associação;
- c) descumprimento das cláusulas constantes da escritura pública;
- d) impedimentos para aditamento de contratos (regularização do quadro social);



*Luiz Carlos B. Resende*  
OABMG. 40.132



e) abandono.

Parágrafo Quarto – Em caso de não cumprimento pelo excluído da decisão da assembléia, esta deverá adotar os procedimentos judiciais pertinentes.

Art. 13º. É também competência privativa da Assembléia Geral Extraordinária apreciar e decidir sobre a eventual necessidade de destituição de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – Quando ocorrer destituição da diretoria, que possa comprometer a administração ou fiscalização da Associação, a Assembléia Geral, por quorum mínimo de 2/3 poderá indicar diretores e conselheiros fiscais provisórios, até a posse dos novos, que serão eleitos no prazo máximo de 30 dias.

Art. 14º. O “quorum” para a realização das Assembléias Gerais será tomado por maioria simples dos associados presentes, com exceção dos casos previstos no Art. 10º, 11º e 12º, em que será exigida a maioria absoluta de 2/3 (dois terços) de associados presentes para sua abertura e deliberações.

Art. 15º. As Assembléias Gerais serão convocadas pelo Presidente, pelo Conselho Fiscal ou ainda por 1/3 (um terço) dos associados em pleno gozo dos seus direitos, que indicarão a pauta.

Art. 16º. A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 07 (sete) dias, com aviso enviado aos associados e fixado em logradouros públicos.

Art. 17º. Os trabalhos da Assembléia Geral serão dirigidos pelo Presidente. Na sua falta ou impedimento caberá ao seu substituto legal.

Art. 18º. Todas as decisões das Assembléias Gerais deverão ser registradas no Livro de Atas, devidamente registrado no Cartório de Notas e assinada por todos os presentes.

Da Diretoria Executiva



*Handwritten signature*  
Luziana R. Rosendo  
11/02/2017

19

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991

992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039

1040

1041

1042

1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059

1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

1072

1073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084

1085

1086

1087

1088

1089

1090

1091

1092

1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123

1124

1125

1126

1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150

1151

1152

1153

1154

1155

1156

1157

1158

1159

1160

1161

1162

1163

1164

1165

1166

1167

1168

1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

1182

1183

1184

1185

1186

1187

1188

1189

1190

1191

1192

1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204

1205

1206

1207

1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216

1217

1218

1219

1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237

1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

1257

1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269

1270

1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288

1289

1290

1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303

1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314

1315

1316

1317

1318

1319

1320

1321

1322

1323

1324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

1334

1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348

1349

1350

1351

1352

1353

1354

1355

1356

1357

1358

1359

1360

1361

1362

1363

1364

1365

1366

1367

1368

1369

1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

1378

1379

1380

1381

1382

1383

1384

1385

1386

1387

1388

1389

1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414

1415

1416

1417

1418

1419

1420

1421

1422

1423

1424

1425

1426

1427

1428

1429

1430

1431

1432

1433

1434

1435

1436

1437

1438

1439

1440

1441

1442

1443

1444

1445

1446

1447

1448

1449

1450

1451

1452

1453

1454

1455

1456

1457

1458

1459

1460

1461

1462

1463

1464

1465

1466

1467

1468

1469

1470

1471

1472

1473

1474

1475

1476

1477

1478

1479

1480

1481

1482

1483

1484

1485

1486

1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494

1495

1496

1497

1498

1499

1500

1501

1502

1503

1504

15



- a) cumprir e fazer cumprir os Estatutos e as decisões tomadas em Assembléia Geral;
- b) delegar poderes aos demais membros da Diretoria;
- c) representar judicialmente e extrajudicialmente a Associação;
- d) autorizar os pagamentos e verificar freqüentemente o saldo em "caixa";
- e) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral;
- f) assinar com os demais diretores as Atas e documentos da Associação;
- g) assinar, juntamente com Tesoureiro, toda movimentação financeira da entidade, representada por cheques, recibos, ordens de pagamento e outros documentos de igual natureza;
- h) exercer outras atribuições que venham a ser estabelecidas, de interesse da coletividade.

Art. 24º. Compete ao Vice – Presidente:

- a) substituir o Presidente nas suas faltas e/ou impedimentos, com iguais atribuições.

Art. 25º. Compete ao Secretário:

- a) lavrar ou mandar lavrar atas das reuniões de Diretoria e das Assembléias Gerais, mantendo os respectivos livros sob sua responsabilidade;
- b) fazer ou mandar fazer correspondência, relatórios livros e outros documentos;
- c) organizar os arquivos, mantendo-os sob sua guarda;
- d) desenvolver outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno.



*Luciano R. Resende*  
Câmara Municipal de União-MG



Art. 26º. Compete ao Tesoureiro:

- a) arrecadar as receitas e depositar o numerário em banco, designado pela Diretoria;
- b) elaborar e apresentar balancetes mensais e anuais da Associação, bem como prestar contas final de qualquer investimento (obras, aquisições, etc);
- c) proceder aos pagamentos autorizados pelo Presidente;
- d) assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, ordens de pagamento e demais documentos de ordem financeira de entidade;
- e) fazer escrituração do livro auxiliar do caixa, dando seu visto e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- f) zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras, da entidade;
- g) exercer outras atribuições que vierem a ser estabelecidas no Regimento Interno.

Parágrafo Único: em caso de vacância dos cargos da titularidade o suplente assumirá o cargo de acordo com seu cargo.

### Do Conselho Fiscal

Art. 27º. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos por um mandato de 02 (dois) anos, juntamente com a Diretoria.

Parágrafo Único -- As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria absoluta de votos.

Art. 28º. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar todas as atividades da Associação, examinando todos os documentos que julgar necessário;



*Luiz H. Mendes*  
Luiz H. Mendes  
04/08/2010 10:13:27



b) examinar e aprovar os balancetes mensais e emitir parecer sobre balanço e relatório anual de atividades.

## CAPÍTULO V Das Eleições

Art. 29º. As eleições para os cargos eletivos serão realizadas a cada 02(dois) anos, com convocação 30 (trinta) dias antes do término do mandato.

Art. 30º. Só poderão participar das eleições, como candidatos, os associados (as) em dia com as obrigações perante a Associação, de acordo com o projeto.

Art. 31º. Cada associado (a), em dia com suas obrigações para com a Associação, terá direito a um só voto, e a votação será por voto secreto ou por aclamação, decidido em Assembléia Geral.

Art. 32º. Os membros eleitos para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal tomarão posse imediatamente, na mesma assembléia que os eleger.

Art. 33º. O Presidente afixará na sede da Associação, com antecedência de 30 (trinta) dias da eleição, os competentes avisos de convocação, especificando a natureza das eleições, o local, dia e hora de sua realização.

## CAPÍTULO VI Dos Livros

Art. 34º. A Associação deverá ter:

- a) livro de matrícula dos Associados(as);
- b) livro de atas de reunião da Diretoria Executiva;
- c) livro de atas de reunião do Conselho Fiscal;





- d) livro de atas das Assembléia Geral;
- e) livro de presença dos Associados (as) em Assembléia;
- f) outros livros fiscais, contábeis, exigidos por lei.

## CAPÍTULO VII Da Dissolução

Art. 35º. A Associação será dissolvida, por vontade manifesta em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para este fim, observando o "quorum" de 2/3.

Art. 36º. Optando-se pela dissolução e liquidados os compromissos assumidos, a parte remanescente do patrimônio deverá ser rateada entre os membros da Associação, que poderão inclusive individualizar a sua quota parte na propriedade, observados os preceitos legais em vigor.

## CAPÍTULO VIII Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 37º. É proibida a remuneração dos integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como bonificações ou vantagens a dirigentes mantenedores ou associados (as).

Art. 38º. A contabilidade da Associação será feita de acordo com leis e normas vigentes e tanto ela como os demais registros obrigatórios deverão ser mantidos em dia.

Parágrafo Primeiro – O exercício financeiro da Associação coincidirá com o ano civil e se encerrará no último dia de cada ano.

Art. 39º. Após a quitação integral do financiamento pela associação, de acordo com as normas do Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, cada beneficiário poderá receber seu título individual, se assim for definido pela associação.



*Luiz Carlos B. Resende*  
DAREC 0132



Art.40º. Em razão de restrições impostas pelo Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial, não podem ser financiados com recursos do Projeto os investimentos para aquisição de terras ou imóveis; construções de instalações ou prédios destinados a práticas religiosas, de qualquer confissão; construções de prédios destinados a órgãos públicos; projetos relacionados ao cultivo ou processamento de fumo ou a produção e comercialização de bebidas alcoólicas; aquisição de gado para pecuária de corte.

Art.41º. Fica proibida, no interior da propriedade, a exploração de comércio por beneficiários ou por terceiros, para a venda de bebidas alcoólicas e de jogos. A Associação poderá montar centro de lazer para a reunião dos beneficiários/familiares, realização de eventos e jogos de lazer.

Art.42º. O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação e após o seu registro no Cartório competente.

Art. 43º. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Unaí-MG, 04 de novembro de 2007.

*Silvia do Carmo da Silva*  
*Presidente*  
*Juliane Pereira da Silva*  
*1ª Secretária*



*Estatuto aprovado junto à ata  
de aprovação e de fundação da  
Associação dos Pequenos Produtores  
Rurais de Unaí, registrada em  
28-01-2008, no livro A-04, sob  
o número 838.*

*Luiz Carlos  
Lumena B. Resende  
OAB/MG. 40.132*

*Vilma Gonçalves Ferreira*  
Escritura Substituta



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>		
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 09.337.864/0001-78 <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	<b>DATA DE ABERTURA</b> 28/01/2008
<b>NOME EMPRESARIAL</b> ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO		
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> *****		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 01.51-2-02 - Criação de bovinos para leite 01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte 01.11-3-02 - Cultivo de milho		
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 399-9 - Associação Privada		
<b>LOGRADOURO</b> FAZ BOQUEIRAO ROD UNAI/GARAPUAVA KM 7 A DIREITA 28 KM	<b>NÚMERO</b> SN	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> 38.610-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> ZONA RURAL	<b>MUNICÍPIO</b> UNAI
<b>UF</b> MG		<b>TELEFONE</b> (38) 9955-9439 / (38) 9931-0176
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> CONTABILIDADE_SANTOS@HOTMAIL.COM		
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****		
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA	<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 28/01/2008	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 24/01/2018 às 13:16:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página  
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
 Atualize sua página

Associação dos pequenos produtores rurais  
modelo



Edital de Convocação

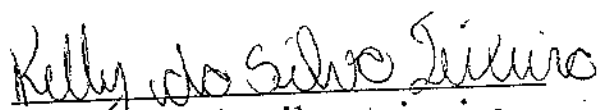
A Associação dos pequenos produtores rurais modelo vem através de seu presidente abaixo, convocar a todos os associados desta associação em pleno gozo de seus direitos estatutários para participarem de uma Assembleia Geral extraordinária.

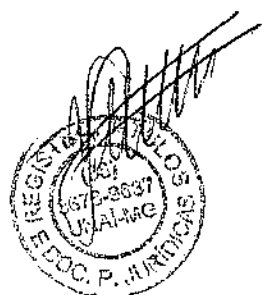
A Assembleia será realizada no dia 04 de novembro de 2017. Na sede da associação modelo, conforme o art. 14º a assembleia se instará em primeira convocação as 08:30 hs com a presença mínima de 2/3 dos sócios e não havendo quórum fica desde já convocada e para as 09:30 hs em segunda e ultima convocação com qualquer número de sócios presentes com intervalo de trinta minutos da primeira convocação conforme o presente estatuto da Associação.

**Pauta:**

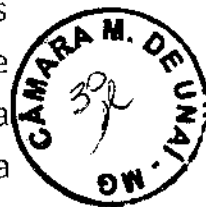
- Prestação de contas
- Eleição e posse da nova diretoria da associação para o biênio de 2017/2019

Unai-MG 04 de outubro de 2017.

  
Kelly da Silva Teixeira  
(Presidente da Associação)



Ata De Reuniao Extraordinaria Da Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo Realizada No Dia 04/11/2017 AS 09:30 Hs em sua sede localizada na fazenda Boqueirão, município de unai (mg) . com a presença dos associados tendo já assinado .a presidente kelly da silva Teixeira iniciou com orações e em seguida fez uma leitura de uma mensagem comentou sobre a mesma, incentivando a todos a estarem unidos. Agradeceu a presença de cada um e também aos que ajudaram na limpeza da sede. realizada no dia 03-11-2017 e ainda aos que ficaram escalados para o preparo do almoço, em seguida passou a palavra ao 1ºtesoureiro Geraldo mota Fernandes para que fizesse a leitura da prestação de contas dos meses (junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro .logo o tesoureiro respondeu a alguns questionamento tirando algumas duvidas da assembleia. Em seguida sendo então aprovada a prestação de contas por unanimidade, deu continuidade a reunião falando a presidente sobre a documentação (autorga) do poço artesiano do lote do senhor Joaquim rosa de Magalhaes , evitando multas e demais problemas referente ao mesmo logo em seguida apresentou a nova chapa para o pleito de 2017 a 2019. Sendo indicado para presidente o Senhor Iremar Bueno da Silva, portador do RG 1.456.117 SSP/DF CPF: 545.904.506-15 brasileiro, casado residente no P. A Modelo; para vice-presidente o senhor Nilson Pereira da Silva portador do RG: 10.522.333 SSP/MG; CPF: 011.837.996-68, brasileiro, união estável residente no P.A Modelo; para primeiro tesoureira a senhora Kelly da Silva Teixeira portadora do RG: 16.170.435 SSP.MG CPF: 094.139.656-84, solteira, residente no P.A Modelo; para vice- tesoureiro Joaquim rosa de Magalhães portador do rg:1.284.188 SSP/DF, CPF: 862.065.676-72 casado; residente no P.A modelo; para 1º secretaria a senhora Jucelia vieira de Souza da silva portadora do rg:17.430.677 SSP MG , CPF: 106.989.276-99) casada residente no P.A modelo; para vice secretaria a senhora Rosilene Lopes Fernandes portadora do RG : 10.174.451, CPF:032.569.326-90) casada residente no P.A modelo ; para 1º conselho fiscal o senhor Joao batista da silva portador do RG:m-6316.267, CPF:877.233.876-87, casado digo união estável residente no P.A modelo ; para 2º conselho fiscal senhora Maria onete de almeida Amaral portadora do rg:m-7.0292.000, CPF:877.337.906-97; para 3º conselho fiscal o senhor o senhor Waldir



*Iremar Bueno da Silva*



28  
f42

Antonio de oliveira portador do RG: 972.019.SSP/DF, CPF:376.872.471-91 residente no P.A modelo; para 1º suplente do conselho fiscal , a senhora aparecida de Jesus Jose de oliveira portadora do RG: 10.899.057, CPF:029.806.936-93, casada residente no P.A modelo; para 2º suplente conselho fiscal o senhor Manoel batista da silva portador do RG: mg-17-114.634,CPF:879.463.926-20 solteiro residente no P.A modelo . para 3º suplente do conselho fiscal o senhor Francisco pereira Magalhães portador do RG: 11.372-927/SS/MG, CPF:575.334.156-04 casado residente no P.A modelo. Sendo chapa única votada e aprovada por unanimidade, em seguida empossada . e não havendo nada mais para ser tratado a presidente deu por encerrada a reunião . eu Rosilene Lopes Fernandes nas funções de 1ªsecretaria desta associação lavrei a presente ata . que após ser lida e aprovada será devidamente assinada por todos os presentes: kelly da silva Teixeira Geraldo mota Fernandes Rosilene Lopes Fernandes Iremar Bueno da silva bruno dias vieira Maria Onete de almeida Amaral Magalhaes Nilson pereira da silva Alessandra Barbosa de Almeida Mateus de sá Guimarães Alcebiades Gonçalves mendes Mesquita, Vaneide gomes de oliveira Dulcineia ap al santos luzia Isabel da silva Waldir Antonio de oliveira Maria Niuza Gonçalves mesquita filho assinatura ilegível Daniela Alves de almeida pp Cely Maria Martins da silva Evaldo batista da silva mº Lucia p. dos santos adires pereira do nascimento Manoel batista Adelcimar gomes Ferreira Leomar Conceição de Jesus Nelson Luiz Correa Joaquim rosa de Magalhães Edmar Barbosa de lima Dilma dos santos silva Tereza dos santos silva de lima Jucelia vieira de Souza da silva Francisco pereira Magalhães Aparecida de Jesus Jose de Oliveira



*Iremar Bueno de Silva*





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA  
UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO  
CNPJ: 09.337.864/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

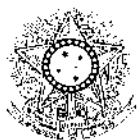
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 12:05:01 do dia 14/08/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/02/2018.

Código de controle da certidão: 9800.C550.4C21.5872

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.337.864/0001-78

Certidão nº: 141727315/2017

Expedição: 12/12/2017, às 15:01:37

Validade: 09/06/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.337.864/0001-78, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
26/01/2018CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:  
26/04/2018

NOME/NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO DDS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO

INSCRIÇÃO ESTADUAL:  
001460606.00-69

ENPJ/CPF: 09.337.864/0001-78

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: FAZENDA BOQUEIRAD ROD UNAI/GARAPUAVA KM 7 A  
DIREITA 28 KM

NÚMERO: SN

COMPLEMENTO:

BAIRRO: ZONA RURAL

CEP: 38610000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: UNAI

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br) => certidão de débitos tributários  
=> certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2018000249912124



**Prefeitura Municipal de Unai**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

## **CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS E A DÍVIDA  
ATIVA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

**RAZÃO SOCIAL:** ASSOC. DOS PEQUENOS PROD. RURAIS MODELO  
**CNPJ:** 09.337.864/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão, de modo especial aqueles decorrentes de última ação nos termos da Lei Complementar 123 de 14-12-2006 (Simples Nacional), **CERTIFICA-SE** que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado, relativas a débitos de competência e administrados pelo Poder Público Municipal.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta municipalidade e a créditos tributários referentes à Fazenda Pública Municipal.

**Emitida em: 21/12/2017 10:12:39**

**Válida até o dia: 21/03/2018**

**Código de controle da certidão: DFCEEE865B7F9E8EC765**





## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 09337864/0001-78  
**Razão Social:** ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO  
**Endereço:** RUA SANTA LUZIA 251 / CACHOEIRA / UNAI / MG / 38610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 22/12/2017 a 20/01/2018

**Certificação Número:** 2017122203592600952984

Informação obtida em 01/01/2018, às 00:56:42.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



IREMAR BUENO DA SILVA  
BOQUEIRAO 308778 FZ  
AREA RURAL  
38610-000 UNAI, MG  
CPF 545.904.506-15

Referente a  
**JUL/2017**  
Código de Débito Automático  
**008014557030**

**Nº DO CLIENTE**  
**7006078037**

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U - Nº 000478416 - PTA Nº 16.000114527.70

REIMPRESSÃO

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Rural	Residencial	Anterior	Atual	Próxima	Emissão	Apresentação	3010600528
Monofásico	rural	06/06	06/07	07/08	10/07	14/07	

Informações Técnicas					Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual			
Energia kWh	AJJ099001684	11.067	11.687		1	600

**Informações Gerais**  
Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 2.248, de 23/05/2017.  
Pela legislação tributária, os descontos a que se refere o Decreto Federal 7.891/13 também integram a base de cálculo do ICMS, PASEP e COFINS.  
Há débitos anteriores.  
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.  
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.  
É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local.

JUN/2017 Band. Verde - JUL/2017 Band. Amarela

Indicadores de Qualidade de Fornecimento			
Unai 3-Mês: 05/2017		Valores Permitidos	
Apurado Mensal	Mensal	Trimestral	Anual
DIC 0,00	11,74	23,48	46,96
FIC 0,00	7,74	15,49	30,98
DMIC 0,00	6,49	-	-
DICRI -	16,60	-	-
Tensão: Nominal = 120/240 V Min = 110/221 V Máx = 126/252 V			
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$ 0,00			

Informações da Faturamento			
PARCELAS	VALOR(R\$)	%	PARCELAS VALOR(R\$) %
Energia	72,06	25,73	21,89 7,80
Distribuição	58,86	21,03	99,86 35,63
Transmissão	11,06	4,23	Totais 281,06 100,00
Perdas	15,50	5,58	

Histórico de Consumo			
MÊS/ANO	CONSUMO kWh	MÉDIA kWh/dia	Dias
JUL/17	600	20,00	30
JUN/17	0	0,00	0
MAY/17	0	0,00	0
ABR/17	490	16,89	29
MAR/17	0	0,00	0
FEV/17	0	0,00	0
JAN/17	560	18,66	30
DEZ/16	0	0,00	0
NOV/16	0	0,00	0
OUT/16	475	15,83	30
SET/16	0	0,00	0
AGO/16	0	0,00	0
JUL/16	587	20,24	29

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Tarifa/Preço (R\$)	Valor (R\$)
Energia Elétrica kWh	600	0,46684456	280,09
<b>Encargos/Cobranças</b>			
Subsídio tarifa líquida			-88,04
Dif. recálculo tarifa integral			116,65
Cobrança da Conta de Energia de 05 / 2017			5,50
<b>Tarifas Aplicadas (sem impostos)</b>			
Energia Elétrica kWh		0,34990000	
<b>Adicional Bandeiras - Já incluído no Valor a Pagar</b>			
Bandeira Amarela			3,19

VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
<b>27/07/2017</b>	<b>R\$ 315,30</b>

Reservado ao Fisco			
0AE8.D1CE.ADAD.BF22.148A.BE63.E04F.52DC			
Base de cálculo (R\$)	ICMS Alíquota (%)	Valor (R\$)	PASEP Valor (R\$)
398,74	18	71,76	4,98
			COFINS Valor (R\$)
			23,12

NOTIFICAÇÃO DE CONTA(S) VENCIDA(S) / DÉBITO(S)			
Até 10/07/2017 constava(m) o(s) seguinte(s) débito(s) vencido(s):			
Mês/Ano	Valor (R\$)	Mês/Ano	Valor (R\$)
07/2015	16,38	04/2017	284,40
10/2015	113,56		
01/2016	156,44		
07/2016	287,52		
10/2016	250,74		
A rejeição estará condicionada à inexistência de débitos vencidos na unidade consumidora.			

Quvidoria CEMIG: 0800 726 3938 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefonia fixa e móvel

Unidade de leitura <b>04522697</b>	Conta Contrato <b>008014557030</b>	Vencimento <b>27/07/2017</b>	Total a pagar <b>R\$315,30</b>
---------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	-----------------------------------

83600000003-1 15300138003-6 80955784011-7 08014557030-7



Julho/2017

**RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO DOS  
PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO**



Nome Completo: Iremar Bueno Da Silva		Cargo: Presidente
RG: 1.456.117	Órgão Expedidor: SSP/DF	CPF: 545.904.506-15
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: Nilson Pereira Da Silva		Cargo: Vice-Presidente
RG: 10.522.333	Órgão expedidor: SSP/MG	CPF: 011.837.996-68
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: Kelly Da Silva Teixeira		Cargo: Tesoureira
RG: 16.170.435	Órgão Expedidor: SSP/MG	CPF: 094.139.656-84
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: Joaquim Rosa De Magalhães		Cargo: Vice - Tesoureiro
RG: 1.284.188	Órgão Expedidor: SSP/DF	CPF: 862.065.676-72
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: Jucelia Vieira De Souza Da Silva		Cargo: Secretária
RG: 17.430.677	Órgão Expedidor: SSP/MG	CPF: 106.989.276-99
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: Rosilene Lopes Fernandes		Cargo: Vice-Secretária
RG: 10.174.451	Órgão Expedidor: SSP/MG	CPF: 032.569.326-90
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: João Batista Da Silva		Cargo: 1º Conselho Fiscal
RG: 6.316.267	Órgão Expedidor: SSP/MG	CPF: 877.233.876-87
Endereço: P.A MODELO		



Nome Completo: Maria Onete De Almeida Amaral		Cargo: 2º Conselho Fiscal
RG: 7.0292.000	Órgão Expedidor: SSP/MG	CPF: 877.337.906-97
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: Waldir Antônio De Oliveira		Cargo: 3º Conselho Fiscal
RG: 972.019	Órgão Expedidor: SSP/DF	CPF: 376.872.471-91
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: Aparecida De Jesus José De Oliveira		Cargo: 1º Suplente
RG: 10.899.057	Órgão Expedidor: SSP/MG	CPF: 029.806.936-93
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: Manoel Batista Da Silva		Cargo: 2º Suplente
RG: 17.114.634	Órgão Expedidor: SSP/MG	CPF: 879.463.926-20
Endereço: P.A MODELO		

Nome Completo: Francisco Pereira Magalhães		Cargo: 3º Suplente
RG: 11.372.927	Órgão Expedidor: SSP/MG	CPF: 575.334.156-04
Endereço: P.A MODELO		

Unai, \_\_\_\_ De \_\_\_\_ De \_\_\_\_.

*Iremar Bueno Da Silva*

Iremar Bueno Da Silva



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Atestamos Para Os Devidos Fins Que a Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, Inscrito(a) No CNPJ Nº 09.337.864/0001-78, Com Sede Na Cidade De Unai, Estado De Minas Gerais, Faz. Boqueirão/Zona Rural, Possui Capacidade Técnica E Operacional Para a Aquisição De Equipamentos, Tendo Realizado Parceria Semelhante Neste Município De Unai, No Período De 01/2018 Á 12/2018.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Unai-MG, 25 de janeiro de 2018.

Iremar Bueno da Silva

RG:1.456.117 CPF: 545.904.506-15



## DECLARAÇÃO

Eu, Iremar Bueno da Silva, brasileiro, portador do RG nº 1.456.117 e do CPF nº 545.904.506-15, na qualidade de dirigente da Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, CNPJ nº 09.337.864/0001-78, DECLARO, sob as penas da lei, que, dentre os dirigentes da organização da sociedade civil e seus cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não há membro de Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unai.

Unai MG, 25 de janeiro de 2018


Iremar Bueno da Silva



## DECLARAÇÃO

Eu, Iremar Bueno da Silva, brasileiro, portador do RG nº 1.456.117 e do CPF nº 545.904.506-15, na qualidade de dirigente da Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, CNPJ nº 09.337.864/0001-78, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil: a) não está inadimplente com prestação de contas relativas a parcerias anteriormente celebradas; b) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; c) não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos; d) não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Unai; ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parceria.

Unai MG, 25 de janeiro de 2018

  
Iremar Bueno da Silva

## DECLARAÇÃO



Eu, Iremar Bueno da Silva, brasileiro, portador do RG nº 1.456.117 e do CPF nº 545.904.506-15, na qualidade de dirigente da Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, CNPJ nº 09.337.864/0001-78, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

Unai MG, 25 de janeiro de 2018

  
Iremar Bueno da Silva



## DECLARAÇÃO



Eu, Iremar Bueno da Silva, brasileiro, portador do RG nº 1.456.117 e do CPF nº 545.904.506-15, na qualidade de dirigente da Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, CNPJ nº 09.337.864/0001-78, DECLARO, sob as penas da lei, que a organização da sociedade civil não contratará nem remunerará, a qualquer título, com os recursos repassados, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unai.

Unai MG, 25 de janeiro de 2018

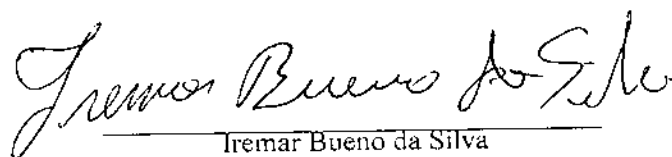
  
Iremar Bueno da Silva

## DECLARAÇÃO



Eu, Iremar Bueno da Silva, brasileiro, portador do RG nº 1.456.117 e do CPF nº 545.904.506-15, na qualidade de dirigente da Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, CNPJ nº 09.337.864/0001-78, DECLARO, sob as penas da lei, que a referida organização da sociedade civil possui instalações e condições materiais adequadas para a realização das atividades e/ou projetos constantes da proposta de parceria com o Município de Unai e o cumprimento das metas estabelecidas.

Unai MG, 25 de janeiro de 2018

  
Iremar Bueno da Silva



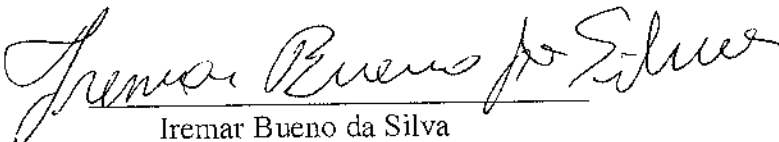
## DECLARAÇÃO

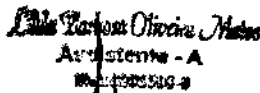
Eu, Iremar Bueno da Silva, brasileiro, portador do RG nº 1.456.117 e do CPF nº 545.904.506-15, na qualidade de dirigente da Associação Dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, CNPJ nº 09.337.864/0001-78, informo que os recursos públicos decorrentes da parceria a ser celebrada com o Município de Unai deverão ser depositados na seguinte conta bancária:

Nome do Banco (instituição financeira pública): Banco do Brasil  
Agência: 0508-8  
Conta Corrente: 31881-7

Assim, DECLARO, sob as penas da lei, que toda a movimentação bancária dos recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Unai MG, 25 de janeiro de 2018

  
Iremar Bueno da Silva

  
Assistente - A

\_\_\_\_\_  
Confirmação do  
Banco



LEI N.º 2.588, DE 24 DE ABRIL DE 2009.

Reconhece de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Modelo.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 96, VII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter social, de duração por tempo indeterminado, localizada na Rua Santa Luzia n.º 251, Bairro Cachoeira, Município de Unaí, Estado de Minas Gerais, fundada em 4 de novembro de 2007, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 09.337.864/0001-78.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 24 de abril de 2009; 65º da Instalação do Município.

ANTÉRIO MÂNICA  
Prefeito

JOSÉ FÁRIA NUNES  
Secretário Municipal de Governo

DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES  
Assessor Executivo de Governo/Coordenador Geral do  
Serviço Especial para Assuntos Legislativos – Sealegis



*Ao controle Interno,*

*Senhora Controladora, para análise e procedimentos legais.*

*Unai, 26/01/2018*

---

**Waldir Wilson Novais Pinto Filho**  
Secretaria Municipal de Governo



# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

## EMENDA N.º 46

Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	09	02	20	608	2750	0018	4.4.50.42.00	2.761,00	1237
	02	09	02	20	122	2750	0018	4.4.50.42.00	700,00	1236
Total									3.461,00	-
Cancelamento Compensatório	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	3.461,00	188
Total									-	-
Objeto do Gasto	Auxílio à Associação dos Produtores Rurais de Aldeia, a fim de que esta entidade possa adquirir equipamentos e materiais de uso permanente (distribuidor de adubos e fertilizantes e mobiliário em geral).									

## EMENDA N.º 47

Modifica-se o Anexo Orçamentário – Quadro das Dotações por Órgãos do Governo e da Administração – no seguinte dispositivo:

Acréscimo / Inclusão	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	09	02	20	608	2750	0018	4.4.50.42.00	2.761,00	1237
	02	09	02	20	122	2750	0018	4.4.50.42.00	1.450,00	1236
Total									4.211,00	-
Cancelamento Compensatório	Órgão(s)	Unidade(s)	Subunidade(s)	Função(ões)	Subfunção(ões)	Programa(s)	Ação(ões)	Classificação(ões) Econômica	Valor(es)	F (S)
	02	04	01	99	999	9999	9999	9.9.99.99.99	4.211,00	188
Total									-	-
Objeto do Gasto	Auxílio à Associação dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, a fim de que esta entidade possa adquirir equipamentos e materiais de uso permanente (distribuidor de adubos e fertilizantes e mobiliário em geral).									





**MUNICÍPIO DE UNAÍ**  
Controladoria Interna e de Transparência Pública



**PARECER Nº 046 / 2018**

**PROCESSO Nº: 01414 / 2018** de 26 de janeiro de 2018

**INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO**

**ASSUNTO: Termo de Parceria - Emenda Parlamentar nº 47 - no valor de R\$ 4.211,00**

**OBJETO DA EMENDA:** Auxílio à Associação dos Pequenos Produtores Rurais Modelo, a fim de que esta entidade possa adquirir equipamentos e materiais de uso permanente (distribuidor de adubos e fertilizantes e mobiliário em geral).

**PARECER**

Trata-se de apresentação de proposta para a celebração da Parceria de repasse de recursos decorrente de Emenda Parlamentar.

A princípio, vale dizer que o repasse de recursos financeiros decorrente de Emenda Parlamentar à entidade beneficiada acima identificada enquadra-se ao que dispõe o art. 29 da Lei nº 13.019/2014 - Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que diz: "Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público". (grifos nossos)

Atestamos a existência de crédito orçamentário para a execução do objeto dessa parceria, conforme Lei nº 3.128, de 11 de dezembro de 2017. Os valores previstos serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho a ser aprovado. A saber:

Descrição - Entidade	Dotação orçamentária	Ficha	Valor R\$
Associação dos Pequenos Produtores Rurais Modelo	02 09 02 20 608 2750 0018 4.4.50.42.00	1237	2.761,00
	02 09 02 20 122 2750 0018 4.4.50.42.00	1236	1.450,00

Atestamos ainda que, a entidade acima identificada está **REGULAR** em relação a prestações de contas decorrentes de repasses de recursos anteriores, realizados pelo município à entidade.

Encaminhamos os autos à **Secretaria Municipal da Agricultura e Serviços Rurais**, responsável pela gestão da parceria, para análise e acompanhamento do processo. Caso conclua pela possibilidade de celebração da parceria, o gestor deve acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, conforme dispõe o art. 61 da Lei 13.019/2014.

É o parecer.

Unai/MG., 31 de janeiro de 2018.

**Lilian Cunha Rissi Matusita**

Controladora Interna e de Transparência Pública



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**



**RELATÓRIO**  
**COMISSÃO DE SELEÇÃO**  
(Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 2º, X; art. 27, § 1º)

IDENTIFICAÇÃO		
Processo nº: <b>01414/2018</b>		
Nome da organização: <b>ASSOCIAÇÃO DOS PEQ. PROD. RURAIS MODELO</b>		
CNPJ:09337864/0001.78		Data Criação:
Endereço:		
Município: Unaí - MG	CEP: 38.610-000	Telefones:
Objeto da parceria:  <b>AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE ADUBOS E FERTILIZANTES</b>		
Valor total da parceria: <b>4.211,00</b>		

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS
-----------------------

A Organização da Sociedade Civil apresentou:

Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	Obs.
1	Cópia do estatuto registrado e suas eventuais alterações, constando expressamente:	X			
	- objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; (*)	X			
	- a previsão de que, em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; (*)		X		
	- a previsão de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;		X		





**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

49



Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	Obs.
2	Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando sua existência de 1 (um) ano, no mínimo;		X		
3	Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, registrada em cartório;	X			
4	Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND Federal);	X			
5	Certidão negativa de débitos trabalhistas;	X			
6	Certidão negativa de débitos estaduais;	X			
7	Certidão negativa de débitos tributários emitida pelo Município de Unaí;	X			
8	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;	X			
9	Comprovante de funcionamento no endereço por ela declarado;	X			
10	Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;	X			
11	Atestado de capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;	X			
12	Declaração de que, dentre seus dirigentes e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, não há membro de Poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário) ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta do Município de Unaí;	X			



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

56



Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	Outro
13	Declaração de que: a) não está inadimplente com prestação de contas relativas a parcerias anteriormente celebradas; b) não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; c) não teve contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos; d) não se encontra submetida aos efeitos das sanções de: suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública; suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Município de Unaí; ou declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, nem está em cumprimento de penalidade passível de impedimento de celebração de parceria;	X			
14	Declaração de que não tem, entre seus dirigentes, pessoas: a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos oito anos; b) julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; c) consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do artigo 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.	X			
15	Declaração de que não contratará nem remunerará servidor ou empregado público, a qualquer título, com os recursos repassados;	X			
16	Declaração de que possui instalações e condições materiais adequadas para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas;	X			
17	Declaração com os dados da conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, na qual serão depositados os recursos públicos decorrentes da parceria;	X			
18	Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;		X		



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**

51



Item	RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Não se aplica	O
19	Comprovação de que está inserido no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, quando a parceria envolver política de assistência social;			X	
20	Inscrição no Conselho Municipal pertinente à sua área de atuação, caso exigido pelo respectivo conselho de política pública;		X		
21	Plano de trabalho, nos termos da lei.	X			

**CONCLUSÃO I**

Em relação aos documentos exigidos no edital de convocação, a Organização da Sociedade Civil apresentou todos os documentos necessários:

( ) Sim, devendo o processo ser encaminhado ao Técnico da área para emissão de Parecer.

( X ) Não, devendo apresentar os seguintes documentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

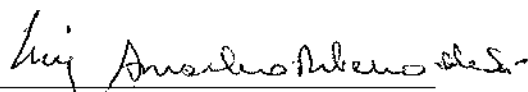
1º No Estatuto não há previsão de que, em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta, a previsão de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;


2º Não constam os itens 2, 18 e 20.

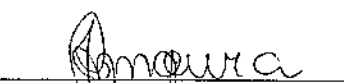
3º Plano de trabalho não está assinada pelo gestor


**É o Parecer da Comissão de Seleção.**

Unai - MG, 27 de fevereiro de 2018.

  
Luiz Anselmo Ribeiro de Sá

  
Jaqueline Luiz Xavier

  
Jaqueline Antério de Moura

  
Paulo César Gonçalves Ferreira



**MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG**  
**PODER EXECUTIVO**



Unai-MG, 28 de fevereiro de 2018

Processo: 01414/2018

Prezado Senhor,  
**Iremar Bueno da Silva**  
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P. A. Modelo

Em relação aos documentos necessários à celebração da Emenda Parlamentar nº 47 à Organização Sociedade Civil, após análise da Comissão de Seleção, restam pendentes os seguintes documentos:

1) O Estatuto não a previsão de que, em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; e a previsão de escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade .

2) Não Constam anexados o itens 02, 18 e 20;

- Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando sua existência de 1 (um) ano, no mínimo;
- Inscrição no Conselho Municipal pertinente à sua área de atuação, caso exigido pelo respectivo conselho de política pública;

Devendo apresentar a documentação pendente no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da ciência da pendência.

Na resposta deve constar o numero do processo.

**Jose Iomar Pereira dos Santos**  
Secretário Municipal de Agricultura  
e Serviços Rurais

*Kelly do Siqueira Luliano*

07/03/18 . 10:47



# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO



### PARECER TÉCNICO

(Lei Federal nº 13.019/2014, Art. 35, V)

IDENTIFICAÇÃO		
Processo nº: 01414/2018	Nome da organização: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO	
CNPJ: 09.337.864.0001-78	Data Criação: 01/05/2018	
Endereço: FAZENDA BOQUEIRÃO BARRA ZONA RURAL		
Município: Unaí - MG	CEP: 38.610-000	Telefones: (38)3676-0101 /999994175
<b>Objeto:</b> AUXILIO A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO A AQUISIÇÃO DE 1 ADUBADEIRA		
Valor total da parceria: 4.211,00	Valor da parcela:	

“Ao decidir sobre a celebração de parcerias previstas nesta Lei, o administrador público: II avaliará as propostas de parceria com o rigor técnico necessário (art. 8º, Lei 13.019/2014)”

#### DOS REQUISITOS

“emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito: (art. 35º, V, Lei 13.019/2014)”

#### a) Mérito da proposta

O município de Unaí no estado de Minas Gerais é um dos maiores produtores de grãos dos pais, e um das maiores bacias leiteiras do Estado. Soma se isso a alta participação da agricultura familiar na produção de hortifrutigranjeiros, o município se destaca como celeiro das gerais. Está consolidado no município mais de 30 assentamentos da reforma agrária e diversas feiras de produtores existentes na cidade, agregando valor de seus produtores e aumentando com isso sua renda familiar e a economia do município. Estas comunidades e assentamentos estão organizados em associações rurais, onde a mesma soa representada e se representa no conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

A região da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Modelo está com mérito de proposta de imobiliar sua sede com a compra de matérias de uso permanente como cadeiras e mesas para o uso de suas atividades e a compra de uma distribuidora de adubos.

#### b) Identidade e reciprocidade de interesse das partes

E de interesse das partes em desenvolver melhorias na estruturas químicas e física do solo para que possa aumenta assim suas produtividades tendo assim ganho maior a preservando o meio ambiente

#### c) Viabilidade de execução

O trabalho é viável pelo fato da comunidade não possuir este equipamento de distribuição de calcário e adubo. Facilitando assim em conjunto das famílias a serem beneficiadas.

#### d) Cronograma de desembolso

O cronograma de desembolso apresentado no Plano de trabalho dilui-se no mês de agosto pois é compra de material permanente.



# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO



### e) Fiscalização da execução da parceria e Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação

A fiscalização da parceria ficara a cargo da comissão de monitoramento e avaliação será instituída por decreto municipal, dentro da perspectiva do MROSC devera estabelecer foco no resultado para além da prestação de contas financeira. Tal fiscalização deverá der materializada, através de análise de relatórios, entrevistas, visitas in loco, aferição dos índices de atendimento do usuário atendido, bem como da satisfação publica, sendo desenvolvida durante o todo processo de execução

### g) Designação do gestor da parceria

O gesto da parceria, no âmbito da política municipal conforme o decreto municipal: 4779,9 de fevereiro de 2018.

### CONSIDERAÇÕES

A proposta de plano de trabalho apresentada e para movimentos e auxílios, O que e abviamente coerente com a proposta de serviço.

### CONCLUSÃO I

Considerando a análise documental: Plano de Trabalho, Estatuto, Certidões, Declarações e outros...  
Considerando a visita *in loco*, entrevistas e outros...

- ( X ) Sim, **Manifesto Favorável** ao estabelecimento da parceria da administração pública municipal, através do Termo de Fomento, **reconhecendo a capacidade técnica operacional da entidade** acima identificada para executar o objeto proposto na parceria;
- ( ) Não, **Manifesto Desfavorável** ao estabelecimento da parceria, pois a entidade **não preenche os requisitos técnicos necessários**;
- ( ) Para estabelecimento da parceria, fica a entidade **NOTIFICADA a apresentar** os seguintes documentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias:

É o Parecer Técnico,

Unaí-MG, 12 de março de 2018.

Bruno Fagner Pereira da Cruz  
Chefe de Divisão  
Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais**



**TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS**

De ordem, juntei os documentos que passam a constituir as folhas 56 a 62 dos autos do **Processo nº 1414/2018** - Complementação de documentação referente ao Edital de Convocação de Entidades contempladas com recursos oriundos de **Emenda Parlamentar**. Do que, para constar, lavrei o presente termo.

Unaí/MG 13 de março de 2018.

**Jaqueline Luiz Xavier**  
Serviços Gerais III  
Mat.: 106703



ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO P.A

MODELO cnpj: 09.337.864/0001-78

OF: 01/2018

DE ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO P.A MODELO  
PARA: SECRETARIA DE AGRICULTURA

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P.A Modelo inscrito no CNPJ: 09.337.864/0001-78, representada pelo seu representante legal a Sr. Iremar Bueno da Silva, vem através deste apresentar justificativa referente ao processo: 01414/2018 ofício do dia 28/02/2018, onde solicita adequar o estatuto da associação de acordo com a lei federal de nº13.019/2014, informamos que precisamos de tempo para fazer essa inclusão dessas cláusulas no estatuto da associação, pois precisamos fazer uma assembleia com quórum para fazer essa mudança a qual esta sendo exigida. Gostaríamos que continuasse com o processo e iremos fazer a assembleia e incluir as mudanças exigidas que atendam a lei federal nº 13.019/2014, o mais breve possível.

Sem mais para o momento e certo que seremos atendidos, Antecipamos Agradecimentos

Unai-MG 12 de março de 2018.

Atenciosamente;

Presidente

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO P.A MODELO



# CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE UNAÍ MG CMDRS




## DECLARAÇÃO

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE UNAÍ – MG – CMDRS, declara para os devidos fins que a ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO P.A. MODELO CNPJ: 09.337.864/0001-78, está em pleno funcionamento, com a documentação atualizada e é inscrita no CMDRS, sendo participante assídua das reuniões ordinárias mensais do Conselho.

Por ser verdade assino a presente declaração,

Unaí, 12 DE MARÇO DE 2018

  
MANOEL JOSÉ DE FARIA  
PRESIDENTE DO CMDRS

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>09.337.864/0001-78</b> MATRIZ	<b>CDMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>28/01/2008</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>01.51-2-02 - Criação de bovinos para leite</b> <b>01.51-2-01 - Criação de bovinos para corte</b> <b>01.11-3-02 - Cultivo de milho</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>			
LOGRADOURO <b>FAZ BOQUEIRAO RDD UNAI/GARAPUAVA KM 7 A DIREITA</b> <b>28 KM</b>		NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>38.610-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ZONA RURAL</b>	MUNICÍPIO <b>UNAI</b>	UF <b>MG</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTABILIDADE_SANTOS@HOTMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(38) 9955-9439 / (38) 9931-0176</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>28/01/2008</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 12/03/2018 às 10:41:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS**

O **MUNICÍPIO DE UNAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça JK, s/n, Centro, CNPJ nº 18.125.161/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **DELVITO ALVES DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o Nº 149.746.061-10, doravante denominado simplesmente de **CEDENTE**, e

A **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS MODELO**, CNPJ nº 09.337.864/0001-78, neste ato representada por sua Presidente, senhora **KELLY DA SILVA TEIXEIRA**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 094.139.656-84, doravante denominado simplesmente de **CESSIONÁRIA**, resolvem firmar o presente **CONTRATO DE CESSÃO GRATUITA DE USO** de maquinário agrícola, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato a cessão gratuita de uso de 1 (um) Trator Agrícola, abaixo identificado, para fins de preparo do solo e outras atividades agrícolas visando propiciar o aumento da renda dos produtores rurais, incentivando a sua permanência no campo, sendo expressamente vedada a sua utilização para outros fins.

**IDENTIFICAÇÃO**

- 1) 01 (um) Trator Agrícola marca LS PLUS 100, 105 cv ano 2014 cor azul nº série: 1100000061, chassis 9BLP10001EG000065, nº patrimônio 48.202.
- 2) 01 (uma) grade aradora Marca Terence 16 discos X 28 ano de fabricação 2014, cod. MP 000000978, patrimônio 58604.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO**

A **CESSIONÁRIA** deverá apresentar à **CEDENTE**, como condição indispensável à assinatura deste contrato, os seguintes documentos:



- I- Cópia autenticada do Estatuto da Entidade e suas alterações;
- II- Cópia autenticada da ata de posse da atual Diretoria;
- III- Cópia do registro da entidade no CNPJ (Atualizado);
- IV- Cópia autenticada do atestado de funcionamento;
- V- Cópia autenticada da Lei que declarou como sendo de utilidade pública;
- VI- Cópia autenticada do CPF e da CI do Presidente da entidade.

### CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES

Constitui obrigações da CESSIONÁRIA:

- I- Zelar pela preservação e guarda do bem discriminado na CLÁUSULA PRIMEIRA e arcar com todas as despesas de sua manutenção;
- II- Utilizar o equipamento supracitado somente entre os associados;
- III- Arcar com as despesas oriundas de impostos, taxas, seguros e multas inerentes ao equipamento cedido;
- IV- Responsabilizar-se por eventuais danos, inclusive os porventura causados a terceiros, ocorrências policiais, perícias e tudo mais, na forma do previsto no Código de Trânsito Brasileiro e legislação vigente;
- V- Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de acidentes ocorridos na utilização dos equipamentos sujeitando-se às sanções administrativas, civis e criminais previstas na lei;
- VI- Não permitir que conste nos equipamentos nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, bem como a veiculação de propaganda, cumprindo, assim o que determina o art. 37, § 1º, da Constituição Federal e o art. 37 da Lei Federal nº 9504 de 30/09/97 (lei eleitoral);
- VII- Não permitir o uso do equipamento em atividades promocionais em favor de quem quer que seja especialmente candidato a cargo eletivo ou partido político;
- VIII- Contratar seguro para cobrir os eventuais danos ao bem e a terceiros;
- IX- Restituir os bens quando da rescisão ou expiração do prazo descrito na cláusula quarta deste contrato.

7. Não permitir que os equipamentos sejam manuseados por pessoal sem capacitação.



**PARÁGRAFO PRIMEIRO-** À CESSIONÁRIA é vedado, sob qualquer hipótese, alienar o bem objeto deste contrato, locá-lo ou emprestá-lo a terceiros. **PARÁGRAFO SEGUNDO-** À CEDENTE poderá, a qualquer tempo, por si ou órgão credenciado, inspecionar o equipamento cedido, bem como verificar o cumprimento das obrigações ajustadas neste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Ocorrendo sob qualquer forma, a depreciação ou imprestabilidade para uso do equipamento e, sendo uma ou outra devidamente comprovada, mediante laudo a ser expedida pela CESSIONÁRIA e aprovado pela CEDENTE esta fará recolher o bem nos prazos legais e condições pré-determinadas;

**PARÁGRAFO QUARTO** – Todo e qualquer equipamento ou melhora que for efetuada no equipamento objeto deste contrato, seja a que título for, será a ele incorporado, não podendo a CESSIONÁRIA exigir da CEDENTE qualquer tipo de indenização.

#### **CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO**

O Prazo de vigência do presente contrato finda em 31 de dezembro de 2020, sendo prorrogado somente por novo instrumento.

#### **CLÁUSULA QUINTA- DA RESCISÃO**

O presente contrato será considerado rescindido de pleno direito no caso da inobservância de qualquer de suas cláusulas e condições por parte da CESSIONÁRIA ou na hipótese de a CEDENTE necessitar do equipamento quando então faz-se a entrega do mesmo em local a ser indicado pela CEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que lhe for feita a respectiva solicitação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

Para eficácia deste contrato, a CEDENTE providenciará a publicação de seu extrato no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA- DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Unai- Minas Gerais para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas deste contrato.

4

18

## CLÁUSULA OITAVA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


Por estarem assim justos e acordados, os contratantes assinam o presente contrato em 03 ( três ) vias de igual teor, na presença de 02 ( duas ) testemunhas, para que produza seus efeitos jurídicos- legais.

Unai-MG, 24 de outubro de 2016.

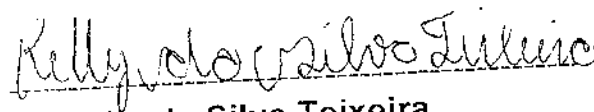


CEDENTE

Município de Unai  
Prefeitura Municipal de Unai

  
Delvito Alves da Silva Filho  
PREFEITO

CESSIONÁRIA

  
Kelly da Silva Teixeira  
PRESIDENTE

TESTEMUNHAS

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**Secretaria Municipal de Agricultura e Serviços Rurais**



63

Processo: 01414/2018

Solicitante: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P.A. Modelo

Acolho Parecer Técnico e encaminhamento para análise e emissão de Parecer  
Jurídico

Unaí/MG 13 de março de 2018.

---

**José Iomar Pereira dos Santos**  
Secretário Municipal de Agricultura  
e Serviços Rurais



# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO

64  
1



Processo nº 01414/2018

Solicitante: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P.A. Modelo

AO SENHOR  
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Trata-se de proposta da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do P.A. Modelo, para celebração de parceria envolvendo recursos decorrentes de **emenda parlamentar nº 47** à lei orçamentária anual, a fim de que esta entidade possa adquirir equipamentos e materiais de uso permanente (distribuidor de adubos e fertilizantes e mobiliário em geral).

A existência do crédito orçamentário específico foi confirmada pela Controladoria Interna e de Transparência Pública do Município (f.47) que, na ocasião, atestou a regularidade da proponente na prestação de contas da parceria anteriormente celebrada com a Administração Pública.

A Comissão de Seleção, por exercício de suas atribuições, constatou o **não preenchimento** de requisitos de habilitação exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

Não obstante o parecer técnico favorável, a proponente, regularmente notificada, não se desincumbiu do ônus de sanar os vícios apontados.

O art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que *"a destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais"*.

Por sua vez, a Lei Municipal nº 3.095/2017, que estabelece as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual do exercício de 2018, prevê que:

Art. 30. Fica permitida a inclusão na LOA e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios, subvenções sociais e contribuições para Organizações da Sociedade Civil – OSC –, desde que autorizada por lei específica que discrimine a tipificação dos serviços e os valores a serem destinados.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de auxílios, subvenções sociais e contribuições a entidade **deverá** atender às exigências previstas na Lei Municipal n.º 3.083, de 8 de maio de 2017, na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais alterações.





# MUNICÍPIO DE UNAÍ - MG

## PODER EXECUTIVO

(...)

Art. 35. As transferências de recursos às entidades prevista no artigo 30 desta Lei **deverão** ser precedidas da aprovação do plano de trabalho, termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação, devendo ser observadas, na elaboração de tais instrumentos, as exigências da Lei Municipal n.º 3.083, de 8 de maio de 2017, e na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais alterações.

§ 1º Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º Fica **vedada** a celebração de termo de fomento, termo de colaboração e acordo de cooperação com entidade em **situação irregular** com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

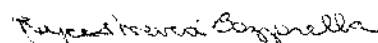
§ 3º Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo os caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

É certo que as profundas novidades introduzidas pela Lei Federal n.º 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC) demandam tempo para assimilação e necessária adequação tanto da Administração Pública quanto do terceiro setor. Todavia, sua fiel observância é imprescindível para a legalidade das parcerias e, sobretudo, para a regularidade de eventual transferência de recursos públicos, considerando inclusive a nova redação dada à Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Por todo o exposto, entendemos haver impedimento de ordem técnica à celebração da parceria e consequente transferência de recurso público à proponente, na forma do art. 162, § 6º, da Lei Orgânica do Município de Unaí.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Unaí-MG, 11 de abril de 2018.

  
Joyce A. Meira Bazzarella  
Procuradora Jurídica



**PREFEITURA DE UNAÍ**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



Processo número 01414 /2018.

Acolhemos o parecer da lavra da Procuradora Jurídica, Dra. Joyce Bazzarella, pelos seus próprios fundamentos.

Unaí-MG, 12 de Abril de 2018.

  
Glauber Soares Mendes

Procurador Adjunto do Município de Unaí



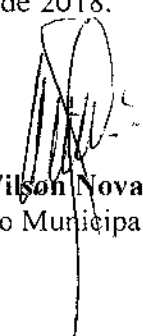
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ

Glauber Soares Mendes  
Procurador Adjunto  
OAB/MG 119.637

Acolho o parecer.

À Amalegis, para que dê ciência à Câmara.

Unaí-MG, 12 de abril de 2018.

  
Waldir Wilson Novais Pinto Filho  
Secretário Municipal de Governo